PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA FRIBURGO/RJ

CONCURSO PÚBLICO
EDITAL Nº 01/2023

AUDITOR CONTÁBIL

Manhã

Tipo 1 - CINZA

Organizadora:

INSTITUTO CONSULPLAN

CARGO: AUDITOR CONTÁBIL

CONHECIMENTOS BÁSICOS

LÍNGUA PORTUGUESA

"Revista USP" discute o jornalismo na era da pós-verdade

Publicação traz dossiê com artigos de especialistas que analisam modos de garantir a qualidade das informações.

Um dos maiores desafios da mídia contemporânea é conter a proliferação de notícias falsas, as chamadas "*fake news*", que acabam fazendo da maneira de pensar atual uma reminiscência do modo de pensar de um camponês medieval, com base em fofocas, boatos e muita conversa. Com isso, o novo mundo se assemelha ao mundo de antes do período em que a imprensa criada por *Gutemberg* predominou na história da humanidade, entre o século 15 e o início do século 21, transformado então apenas numa "interrupção do fluxo normal da comunicação humana".

Essa análise, inspirada nas ideias do professor *Thomas Pettitt*, da Universidade do Sul da Dinamarca, está exposta no artigo "Verdades e mentiras no ecossistema digital", do jornalista e professor da Escola Superior de Propaganda e *Marketing* (ESPM) Caio Túlio Costa, publicado na edição número 116 da Revista USP, que acaba de ser lançada. Publicada trimestralmente pela Superintendência de Comunicação Social (SCS) da USP, a revista traz nesta edição o dossiê "Pós-Verdade e Jornalismo", que inclui cinco artigos de pesquisadores e jornalistas, dedicados a analisar as formas de evitar as "*fake news*" e garantir a veiculação de informações de qualidade para a sociedade.

Garantir essa qualidade está cada vez mais difícil na era da "pós-verdade" – expressão que designa a circunstância em que fatos objetivos são menos influentes para moldar a opinião pública do que apelos à emoção e às crenças pessoais, de acordo com a definição do *Oxford Dictionary*. É o que aponta o professor da Escola de Comunicações e Artes (ECA) da USP Eugênio *Bucci*, no artigo "Pós-política e corrosão da verdade", também publicado no dossiê da Revista USP.

Bucci reitera que parte da responsabilidade pela desvalorização da verdade factual – aquela que se refere não a um valor transcendental, mas ao registro "precário" dos acontecimentos – se deve às redes sociais e à *internet*, "onde se acomodaram confortavelmente as forças dedicadas à produção das notícias fraudulentas". Ressalvando o lado positivo dessas novas tecnologias, como a abertura de novos canais de diálogos, a facilidade de comunicação entre as pessoas e a exibição imediata de demandas públicas, *Bucci* destaca que o problema se encontra no fato de que, tendo se enraizado no mundo da vida e na esfera pública, elas não são públicas em seus controles e na sua propriedade. "Sob a malha tecnológica, elas promovem a tecnociência e o capital como substitutos da própria política."

Para *Bucci*, redes sociais como *Facebook* e *Twitter* e *sites* de busca como *Google* aceleraram e fortaleceram a pós-verdade. Isso se deu, de acordo com o professor, por pelo menos dois motivos. O primeiro se refere ao incremento da velocidade e do alcance proporcionado por esses novos recursos. "Vários levantamentos mostram que as notícias fraudulentas repercutem mais do que as verdadeiras. E mais rapidamente. E arrebatam as amplas massas de um modo acachapante, num grau jamais atingido pelos meios jornalísticos mais convencionais", escreve *Bucci*, citando como exemplo a campanha de *Donald Trump* à Presidência dos Estados Unidos, em 2016, que em dois dias conseguiu fazer com que boa parte da população do país acreditasse que *Barack Obama* tinha nascido no Quênia.

O segundo motivo por que as redes sociais e *sites* de busca favorecem a pós-verdade diz respeito ao fator econômico, continua o professor. "Notícias fraudulentas dão lucro. Dentro do ambiente virtual do *Google* e do *Facebook*, a fraude compensa. Quanto maior o número de cliques, mais o autor fatura. E, como a mentira é fácil de produzir (é barata) e desperta o furor das audiências, um dos melhores negócios da atualidade é noticiar acontecimentos que nunca aconteceram de verdade – e que, mesmo assim, despertam emoções fortes nos chamados internautas."

[...]

(CASTRO, Roberto C. G. "Revista USP" discute o jornalismo na era da pós-verdade. Jornal da USP. Em: maio de 2018.)

Questão 01

Algumas palavras podem ter a definição quanto à classe gramatical a que pertencem usualmente alterada; de acordo com o contexto da estrutura linguística em que foram empregadas, analise a frase a seguir:

"Publicação traz dossiê com artigos de especialistas que analisam modos de garantir a qualidade das informações".

Os termos destacados estão corretamente identificados em: ***(Considere a sequência em que aparecem.)***

A) Locução; termo integrante; e, substantivo.
B) Conjunção; preposição; e, advérbio de modo.
C) Preposição; pronome relativo; e, substantivo.
D) Advérbio de companhia; conjunção; e, advérbio de modo.

Questão 02

Considerando os recursos estilísticos da linguagem, pode-se afirmar que um tipo de linguagem figurada foi empregado em:

A) "*Quanto maior o número de cliques, mais o autor fatura*." (6º§)
B) "*Revista USP discute o jornalismo na era da pós-verdade*" (Título)
C) "*Isso se deu, de acordo com o professor, por pelo menos dois motivos*." (5º§)
D) "[...] *inspirada nas ideias do professor Thomas Pettitt, da Universidade do Sul da Dinamarca, está exposta* [...]" (2º§)

Questão 03

De acordo com as ideias e informações apresentadas no texto, pode-se afirmar que:

A) Acredita-se que o jornalismo de qualidade é determinante no combate e eliminação definitiva das "*fake news*".
B) As "*fake news*" provocam um impacto na sociedade atual que, sob determinado ponto de vista, remete a um retrocesso em relação a atitudes comportamentais.
C) Embora haja grande impacto das "*fake news*" sobre a sociedade, pode-se afirmar que sua ampliação não condiz com o modo de pensar predominante na sociedade atual.
D) A expressão pós-verdade constitui-se – em um contexto característico do século XXI – de determinada preocupação com a realização de um trabalho jornalístico investigativo na busca da confirmação da verdade.

Questão 04

Acerca do segmento *"Publicação traz dossiê com artigos de especialistas que analisam modos de garantir a qualidade das informações*", pode-se afirmar que:

A) Apresenta oposição em relação à ação citada no título.
B) Como um sobretítulo do texto, complementa o assunto apresentado.
C) Denomina-se "subtítulo", conferindo destaque a determinada informação do texto.
D) Denomina-se manchete, apresentando-se em destaque e indicando o assunto que será tratado no texto.

Questão 05

Sobre a concordância verbal estabelecida em "*Um dos maiores desafios da mídia contemporânea é conter a proliferação de notícias falsas*, [...]" (1º§), pode-se afirmar que:

A) Exemplifica o uso e registro da linguagem informal ou coloquial.
B) Trata-se de emprego facultativo da 2ª pessoa do singular do verbo "ser".
C) A substituição da expressão "Um dos" por "Os" manteria, obrigatoriamente, a forma verbal na 3ª pessoa do singular.
D) Caso o trecho fosse reescrito empregando-se a expressão "um dos que", seria uma possibilidade adequada: *"Dentre os maiores desafios da mídia contemporânea, um dos que contêm a proliferação de notícias falsas*, [...]".

Questão 06

Pode-se observar que os termos destacados a seguir exemplificam a manutenção do referente introduzido anteriormente no texto por meio de elemento de coesão textual, com EXCEÇÃO de:

A) "[...] *com base em fofocas, boatos e muita conversa*." (1º§)
B) "[...] *edição número 116 da Revista USP, que acaba de ser lançada*." (2º§)
C) "*Com isso, o novo mundo se assemelha ao mundo de antes do período* [...]" (1º§)
D) "*Essa análise, inspirada nas ideias do professor Thomas Pettitt, da Universidade do Sul da Dinamarca*, [...]" (2º§)

Questão 07

"[...] *que inclui cinco artigos de pesquisadores e jornalistas, dedicados a analisar as formas de evitar as 'fake News' e garantir a veiculação de informações de qualidade para a sociedade*." (2º§) O segmento destacado no trecho anterior apresenta algumas ocorrências do termo "a" (e variações). Pode-se afirmar que, em relação à regência verbal, tal termo foi utilizado:

A) Apenas uma vez.
B) Apenas três vezes.
C) Apenas duas vezes.
D) Em todas as ocorrências.

Questão 08

De acordo com o texto, pode-se concluir que as "*fake news*":

A) Podem provocar mudanças à medida que são confrontadas pela credibilidade própria da pós-verdade.
B) Estimulam o processo atual de desvirtuamento da pesquisa investigativa, controlando-a e manipulando-a.
C) Fortalecem as características pertinentes ao termo "pós- verdade", de modo a contribuir com sua propagação.
D) Conferem à sociedade pós-moderna características relacionadas ao contínuo questionamento em busca de informação clara e objetiva.

Questão 09

"*Garantir essa qualidade está cada vez mais difícil na era da 'pós-verdade' – expressão que designa a circunstância em que fatos objetivos são menos influentes para moldar a opinião pública do que apelos à emoção e às crenças pessoais, de acordo com a definição do Oxford Dictionary*." (3º§) Pode-se afirmar em relação ao emprego da crase no trecho em destaque que:

A) As duas ocorrências são facultativas.
B) Há obrigatoriedade nas duas ocorrências.
C) Apenas a segunda ocorrência é facultativa.
D) Os complementos que o sucedem são regidos por diferentes termos.

Questão 10

Considerando mecanismos da argumentação textual, pode-se afirmar que:

A) O ponto de vista apresentado no texto é o principal argumento acerca do assunto tratado de grande relevância para a sociedade atual.
B) Não há utilização de tais mecanismos considerando a estrutura textual apresentada e suas características de acordo com a tipologia e gênero textual que o texto pode ser classificado.
C) Ao inserir citações de especialistas no assunto tratado, ocorre a inserção de argumento de autoridade cujo objetivo é tornar a compreensão do texto acessível a todos os tipos de interlocutores.
D) É possível identificar, por meio do discurso indireto citado no texto, argumento que pode ser empregado como contra-argumento em defesa de ideia combativa do uso de novas tecnologias da comunicação.

RACIOCÍNIO LÓGICO-MATEMÁTICO

Questão 11

Considere a matriz a seguir:

$$\begin{bmatrix} k & -k \\ -2 & -2 \end{bmatrix}$$

Sabendo-se que seu determinante é dado pela soma entre as raízes da equação do segundo grau: $x^2 + 9x + 20 = 0$, qual é o valor de *k*?

A) 1,25.
B) 2,25.
C) –1,25.
D) –2,25.

Questão 12

Considere verdadeira a proposição:

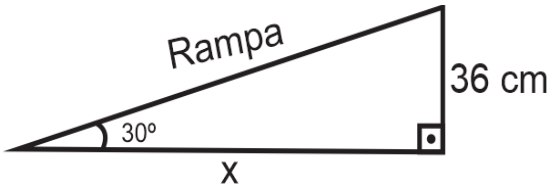
"Se Júlio mora em Nova Friburgo, então Paula é carioca e Joana não gosta de morar no Rio".

Sendo verdade que Joana gosta de morar no Rio, também será necessariamente verdadeiro que:

A) Paula é carioca.
B) Paula não é carioca.
C) Júlio mora em Nova Friburgo.
D) Júlio não mora em Nova Friburgo.

Questão 13

A Prefeitura de Nova Friburgo está implementando os recursos de acessibilidade e, entre as práticas a serem adotadas, está a construção de rampas de acesso nas principais entradas dos prédios da entidade. O esboço apresentado abaixo representa uma rampa que deverá ser instalada em uma calçada para acessar a recepção da prefeitura municipal.



De acordo com esse esboço, a distância representada por x pertence a qual dos intervalos a seguir?

A) De 40,0 cm a 50 cm.
B) De 50,1 cm a 60,0 cm.
C) De 60,1 cm a 70,0 cm.
D) De 70,1 cm a 80,0 cm.

Questão 14

No início do verão em Nova Friburgo, o noticiário informou que a probabilidade de chuva em cada um dos cinco primeiros dias era de 25%, sendo que a ocorrência de chuva em um dia é independente dos demais. Assim, considerando-se que o noticiário está correto, a probabilidade de que chova em dois dos cinco dias pertence a qual dos intervalos a seguir?

A) 0,1% a 25%
B) 25,1% a 50,0%
C) 50,1% a 75,0%
D) 75,1% a 99,9%

Questão 15

Quatro amigos estavam conversando sobre suas trajetórias profissionais e comentaram quais eram seus respectivos salários. Ao terminarem a conversa, constataram que a soma dos salários dos quatro é igual a R$ 18.800,00 e que estes salários formavam uma progressão aritmética, cuja razão é R$ 900,00. De acordo com essa situação, o valor do maior salário, dentre estes quatro amigos, pertence a qual dos intervalos?

A) R$ 4.500,00 e R$ 5.000,00.
B) R$ 5.000,01 e R$ 5.500,00.
C) R$ 5.500,01 e R$ 6.000,00.
D) R$ 6.000,01 e R$ 6.500,00.

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

NOÇÕES GERAIS DE DIREITO ADMINISTRATIVO E CONSTITUCIONAL

Questão 16

A dignidade da pessoa humana é um fundamento da República Federativa do Brasil e consiste no valor-fonte do ordenamento jurídico, a base de todos os direitos fundamentais. Trata-se do princípio que coloca o ser humano como preocupação central para o Estado brasileiro; a proteção às pessoas deve ser vista como um fim em si mesmo. Em razão da importância do princípio da dignidade da pessoa humana, o STF já o utilizou como fundamento de diversas decisões importantes. Com fulcro no exposto, analise as afirmativas a seguir.

I. Considerou legítima a união homoafetiva como entidade familiar, em razão do princípio da dignidade da pessoa humana e do direito à busca pela felicidade.
II. Considera que não ofende o direito à vida e à dignidade da pessoa humana a pesquisa com células-tronco embrionárias obtidas de embriões humanos produzidos por fertilização *in vitro* e não utilizados nesse procedimento.
III. Entende que não é possível, por violar o princípio da dignidade da pessoa humana, a submissão compulsória do pai ao exame de DNA na ação de investigação de paternidade.
IV. Que a crítica jornalística é um direito cujo suporte legitimador é o pluralismo político; o exercício desse direito deve, assim, ser preservado contra ensaios autoritários de repressão penal.

Dentre os entendimentos proferidos pelo Supremo Tribunal Federal, está correto o que se afirma em

A) I, II, III e IV.
B) I, apenas.
C) II, apenas.
D) I e III, apenas.

Questão 17

Existem duas maneiras de o Estado prestar seus serviços, de forma centralizada ou descentralizada. Sobre a descentralização, analise as afirmativas a seguir.

I. Ocorre a descentralização política quando a Constituição Federal atribui competências aos Estados, DF e Municípios; a distribuição de competências, entre os entes políticos, que ocorre no nível constitucional.
II. A descentralização administrativa envolve duas pessoas distintas: de um lado, o Estado – seja a União, estados, Distrito Federal ou municípios – e, de outro, a pessoa que executará o serviço, uma vez que recebeu essa atribuição do Estado.
III. A descentralização por outorga ocorre quando o Estado cria uma entidade com personalidade jurídica e a ela transfere a titularidade e execução de determinado serviço público.
IV. A descentralização ocorre dentro de uma mesma pessoa jurídica, como uma técnica administrativa para distribuir internamente as competências.

Está correto o que se afirma apenas em

A) I e IV.
B) II e III.
C) I, II e III.
D) I, III e IV.

Questão 18

Considerando as diferentes acepções que norteiam o princípio da impessoalidade, analise as afirmativas a seguir.

I. Na primeira acepção de finalidade, o princípio da impessoalidade traduz a ideia de que toda atuação da Administração deve buscar a satisfação do interesse público; pode-se dizer, portanto, que tal princípio decorre do princípio da supremacia do interesse público.

II. Na segunda acepção, o princípio da impessoalidade traz a ideia de vedação à promoção pessoal, de forma que o agente público não pode utilizar as realizações da Administração Pública para promoção pessoal.

III. A terceira acepção do princípio da impessoalidade é aquela que o relaciona à isonomia. É o que se verifica, por exemplo, na exigência de concurso público para o acesso aos cargos públicos. A oportunidade de se ter acesso a esses cargos é igual para todos. Outro exemplo dessa acepção aduz sobre o pagamento das dívidas do Estado, que deverá observar, em regra, a ordem cronológica de apresentação dos precatórios.

IV. A quarta acepção do princípio da impessoalidade é a que considera que os atos praticados pelo agente público não são imputáveis a ele, mas ao órgão ou entidade em nome do qual ele age. A ação dos agentes é, portanto, impessoal.

Está correto o que se afirma em

A) I, II, III e IV.
B) II e III, apenas.
C) III e IV, apenas.
D) I, II e IV, apenas.

Questão 19

Conforme elucida o Art. 18, da CF/1988, a organização político-administrativa da República Federativa do Brasil compreende a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios, todos autônomos, nos termos desta Constituição. Os Territórios não são entes federativos e, portanto, não possuem autonomia política. Considerando o exposto, relacione adequadamente as colunas a seguir.

1. União.
2. Estados Membros.
3. Distrito Federal.
4. Territórios Federais.
5. Municípios.

( ) São entes autônomos, com personalidade jurídica de direito público interno, dotados de autonomia política e, por isso, apresentam capacidade de auto-organização, autolegislação, autoadministração e autogoverno.

( ) Pessoa jurídica de direito público interno, sem personalidade internacional, autônoma, com competências administrativas e legislativas enumeradas pela Carta Magna.

( ) Ente federado autônomo de natureza híbrida, apresentando algumas características dos Estados e outras dos Municípios; a auto-organização se manifesta por meio de Lei Orgânica, votada em dois turnos com interstício mínimo de dez dias, e aprovada por dois terços da Câmara Legislativa, que a promulga, atendidos os princípios estabelecidos na Constituição.

( ) Poderão ser criados a qualquer tempo por meio de lei complementar, sendo considerados meras descentralizações administrativas; é organizado e mantido pela União.

( ) São entes autônomos, sendo sua autonomia alçada, pela Constituição Federal, à condição de princípio constitucional sensível, seu poder de auto-organização é limitado pela Constituição Federal e, segundo o STF, tais limites não podem ser atenuados nem agravados pela Constituição do Estado.

A sequência está correta em

A) 2, 1, 3, 4, 5.
B) 5, 4, 3, 2, 1.
C) 2, 4, 1, 3, 5.
D) 4, 2, 3, 5, 1.

Questão 20

Trata-se daquela que resulta de um fato natural, o nascimento; diz-se, portanto, que é uma forma involuntária de aquisição de nacionalidade. É atribuída ao indivíduo em razão de critérios sanguíneos (*jus sanguinis*); territoriais (*jus solí*); ou mistos. Os brasileiros que a recebem são chamados de brasileiros natos. O conceito apresentado anteriormente refere-se à nacionalidade:

A) Derivada.
B) Originária.
C) Presumida.
D) Naturalizada.

Questão 21

O *habeas corpus* é o remédio constitucional adequado para proteger a liberdade de locomoção e consiste numa garantia fundamental. Por remédio constitucional, compreende-se um meio que a Constituição oferta ao indivíduo visando proteção de seus direitos contra a ilegalidade ou o abuso de poder cometido pelo Estado. O *habeas corpus* tem natureza

A) penal e rito sumário; e, ainda, caráter residual.
B) civil e rito sumário, cuja ação é personalíssima.
C) de ação judicial, de rito sumário especial e natureza coletiva.
D) penal e procedimento especial, cuja ação possui legitimidade universal.

Questão 22

O Art. 9º, inciso VII, da Lei da Improbidade Administrativa (alterada pela Lei nº 14.230/2021), aduz que adquirir, para si ou para outrem, no exercício de mandato, de cargo, de emprego ou de função pública, e em razão deles, bens de qualquer natureza, decorrentes dos atos descritos no *caput* deste artigo, cujo valor seja desproporcional à evolução do patrimônio ou à renda do agente público, assegurada a demonstração pelo agente da licitude da origem dessa evolução, configura ato de improbidade administrativa que

A) causa prejuízo ao erário.
B) importa em enriquecimento ilícito.
C) decorre de divergência interpretativa da lei.
D) é atentatório aos princípios da Administração Pública.

Questão 23

Segundo a doutrina, a licitação possui o objeto imediato, constituindo-se da seleção de determinada proposta para o atendimento de um fim público; o objeto mediato consiste na obtenção de um proveito para o poder público como obra, serviço, compra, alienação, dentre outros. Considerando a Lei nº 14.133/2021 e suas alterações, assinale a afirmativa INCORRETA.

A) Encerradas as fases de julgamento e habilitação, e exauridos os recursos administrativos, o processo licitatório será encaminhado à autoridade superior, que poderá adjudicar o objeto e homologar a licitação.
B) Aplica-se a Lei nº 14.133/2021 em contratos que tenham por objeto operação de crédito, interno ou externo, e gestão de dívida pública, incluídas as contratações de agente financeiro e a concessão de garantia relacionadas a esses contratos.
C) Quando a contratação se referir a obras e serviços de grande vulto ou forem adotados os regimes de contratação integrada e semi-integrada, o edital obrigatoriamente contemplará matriz de alocação de riscos entre o contratante e o contratado.
D) É assegurado, independentemente do prazo de duração do contrato, a utilização de mais de um índice de reajuste no mesmo contrato nos casos em que apenas um índice não refletir a variação ponderada dos custos de insumos utilizados em determinado tipo de obra.

Questão 24

Considerando a Lei nº 9.784/1999, que dispõe sobre o processo administrativo na administração federal, analise as afirmativas a seguir.

I. É vedada à Administração a recusa imotivada de recebimento de documentos, devendo o servidor orientar o interessado quanto ao suprimento de eventuais falhas.
II. São capazes, para fins de processo administrativo, os maiores de dezesseis anos, ressalvada previsão especial em ato normativo próprio.
III. Um órgão administrativo e seu titular poderão, se não houver impedimento legal, delegar parte da sua competência a outros órgãos ou titulares, ainda que estes não lhe sejam hierarquicamente subordinados, quando for conveniente, em razão de circunstâncias de índole técnica, social, econômica, jurídica ou territorial.
IV. Concluída a instrução de processo administrativo, a Administração tem o prazo de vinte dias para decidir, salvo prorrogação por igual período expressamente motivada.

Está correto o que se afirma em

A) I, II, III e IV.
B) III, apenas.
C) I e III, apenas.
D) II e IV, apenas.

Questão 25

A Lei nº 12.527/2011, conhecida como Lei de Acesso à Informação – LAI, regulamenta o direito fundamental, previsto na Constituição, de qualquer pessoa física ou jurídica solicitar e receber informações públicas produzidas ou custodiadas pelos órgãos e entidades públicos. Os prazos máximos de restrição de acesso à informação que vigoram a partir da data de sua produção são:

A) Secreta: 10 anos.
B) Reservada: 15 anos.
C) Moderada: 05 anos.
D) Ultrassecreta: 25 anos.

LEGISLAÇÃO ESPECÍFICA

Questão 26

Determinado funcionário do setor de almoxarifado da prefeitura de Nova Friburgo foi afastado temporariamente do seu cargo em razão de determinação judicial, baseada em relatórios de auditorias feitas pelo Tribunal de Contas do Estado. O funcionário mais antigo do setor foi nomeado para ocupar o cargo efetivo vago. Nos termos do Estatuto do Servidor – Lei Municipal nº 1.470/1979, esta nomeação é feita

A) em comissão.
B) em substituição.
C) em concorrência.
D) em caráter efetivo.

Questão 27

O Estatuto do Servidor – Lei Municipal nº 1.470/1979, prevê que ao funcionário é assegurado o direito de petição em toda a sua amplitude, assim como o de representar seus superiores hierárquicos, mesmo nos casos de abuso de autoridade e para obter o ressarcimento de direito violado. Sobre direito de pleitear na esfera administrativa, decisões, recursos e prescrição, assinale afirmativa correta.

A) Prescreve em cinco anos, quanto aos atos de que decorram demissão, cassação de aposentadoria ou disponibilidade.
B) Os prazos de prescrição estabelecidos no Estatuto somente contar-se-ão a partir da data da publicação do ato no Órgão Oficial.
C) Fica precluso em cento e vinte dias o direito de pedir as licenças previstas no Estatuto, contado da data do fato gerador do afastamento.
D) O requerimento será dirigido à autoridade competente para decidi-lo e terá solução dentro do prazo máximo de noventa dias, salvo em casos que obriguem a realização de diligências ou estudo especial.

Questão 28

Considerando a organização municipal prevista na Lei Orgânica do Município – Lei Municipal nº 4.637/2018, assinale a afirmativa correta.

A) O Município, pessoa jurídica de direito público interno, é constituído pelos Poderes Legislativo, Judiciário e Executivo, independentes e harmônicos entre si.
B) O Município de Nova Friburgo é dotado de autonomia administrativa, pela organização dos serviços públicos locais e administração própria dos assuntos de interesse local.
C) O Município poderá celebrar convênios ou consórcios com a União, Estados e Municípios ou respectivos entes da Administração indireta para contratação de empréstimos e financiamentos sem prévia autorização legislativa.
D) O Município rege-se por sua Lei Orgânica; desse modo, as restrições impostas pela legislação municipal em matéria de interesse local prevalecem sobre disposições de qualquer ente federativo, inclusive em matéria constitucional, quando anteriores a estas e desde que não revogadas expressamente.

Questão 29

Os agentes públicos, na esfera de suas respectivas atribuições, prestarão informações e fornecerão certidões a quem as requerer, desde que no seu interesse particular ou interesse coletivo ou geral. Considerando o disposto na Lei Orgânica do Município – Lei Municipal nº 4.637/2018, assinale afirmativa correta sobre as certidões.

A) O direito à certidão é gratuito, sendo vedado estabelecer norma que exija o prévio pagamento de emolumentos.
B) As informações em forma de certidão serão prestadas por escrito e firmadas pelo agente público que as prestou.
C) As certidões que contenham informações pessoais e sigilosas de outros cidadãos somente poderão ser expedidas mediante ciência expressa e assinatura do Prefeito.
D) As informações serão prestadas dentro do prazo de quarenta e oito horas, quando não puderem ser imediatamente, e as certidões serão expedidas no prazo máximo de cinco dias corridos.

Questão 30

Tendo em vista que o Código de Posturas de Nova Friburgo dispõe sobre a exploração dos meios de publicidade nas vias públicas e logradouros, bem como nos lugares de acesso comum, assinale afirmativa correta.

A) Não será permitida a colocação de anúncios ou cartazes quando pela sua natureza provoquem aglomerações prejudiciais ao trânsito público.
B) A exploração dos meios de publicidade nas vias públicas e logradouros independe de licença da Prefeitura, sujeitando o contribuinte apenas ao pagamento da taxa respectiva.
C) Os anúncios que estiverem dentro de terrenos privados ou área de domínio privado não estão sujeitos às diretrizes estabelecidas pelo Código de Posturas de Nova Friburgo.
D) Os panfletos ou anúncios destinados a serem distribuídos ou lançados nas vias públicas ou logradouros devem conter todas as informações necessárias da publicidade, ficando as dimensões livre do anunciante.

Questão 31

O Código de Posturas de Nova Friburgo dispõe sobre as medidas de polícia administrativa, a cargo do Município, em matéria de higiene, ordem pública e funcionamento dos estabelecimentos comerciais e industriais, estatuindo as necessárias relações entre o poder público local e os munícipes. Para preservar de maneira geral a higiene pública, fica terminantemente proibido:

I. Lavar roupas em chafarizes, fontes ou tanques situados nas vias públicas.
II. Queimar, mesmo nos próprios quintais, lixo ou quaisquer corpos em quantidade capaz de molestar a vizinhança.
III. Os vendedores ambulantes de Nova Friburgo são responsáveis pela conservação e limpeza da área em redor de seu ponto de venda.
IV. Atirar lixo ou quaisquer outros detritos no leito dos rios.
V. Aterrar vias públicas com lixo, materiais velhos, ou quaisquer detritos.
VI. Instalar estrumeiras a qualquer distância das ruas e logradouros públicos, ou depósitos em grande quantidade, de estrume animal não beneficiado.

Está correto o que se afirma apenas em

A) I, II, IV e V.
B) II, III, V e VI.
C) I, III, IV e VI.
D) III, IV, V e VI.

Questão 32

A conduta ética dos agentes públicos municipais serão regidas pelo Código de Ética e de Conduta dos Agentes Públicos do Poder Executivo Municipal, sem prejuízo de outras normas disciplinares aplicáveis. São considerados compromissos de conduta ética do agente público do Poder Executivo Municipal, EXCETO:

A) Não dificultar o acompanhamento de suas tarefas por todos aqueles que, por atribuição legal, devam fazê-lo.
B) Apresentar-se ao trabalho com vestimentas adequadas ao exercício da função e à condição de agente da Administração Pública municipal.
C) Declarar-se impedido ou suspeito em situações que sua independência ou imparcialidade possam estar prejudicadas para o desempenho de suas funções, observando-se as hipóteses legais.
D) Não aceitar presentes em forma de brindes, mesmo aqueles sem valor comercial ou aqueles distribuídos por entidades de qualquer natureza, a título de cortesia, que não redunde em propaganda ou vantagem, ou ainda por ocasião de eventos especiais ou datas comemorativas.

Questão 33

Considerando as normas contidas no Código Tributário do Município de Nova Friburgo, quando o contribuinte ou responsável legal deixar de eleger o domicílio tributário, será considerado como tal

A) quanto às pessoas jurídicas de direito público, a sede do Município.
B) quanto às pessoas naturais, sendo esta incerta ou desconhecida, a sede da Defensoria Pública, que atuará como curadora especial.
C) quanto às pessoas jurídicas de direito privado ou às firmas individuais, o lugar de cada estabelecimento situado no território do Município.
D) quanto às pessoas naturais que possuem residência habitual, o lugar da situação dos bens ou da ocorrência dos atos que derem origem à obrigação.

Questão 34

Segundo o Código Tributário do Município de Nova Friburgo, compete privativamente à autoridade administrativa constituir o crédito tributário pelo lançamento, assim entendido o procedimento administrativo tendente a verificar a ocorrência do fato gerador da obrigação correspondente, determinar a matéria tributável, calcular o montante do tributo devido, identificar o sujeito passivo e, sendo o caso, propor a aplicação da penalidade cabível. Sobre a constituição do crédito tributário e do lançamento, assinale afirmativa correta.

A) O não-recebimento da guia de pagamento ou do carnê de cobrança exonera o contribuinte da obrigação tributária, cujos prazos de vencimento devem ser reabertos.
B) A impugnação do lançamento do imposto poderá ser apresentada em até quarenta e cinco dias a contar do recebimento da notificação que der ciência do crédito lançado ao contribuinte.
C) O lançamento do tributo depende da validade jurídica dos atos efetivamente praticados por contribuintes, responsáveis ou terceiros, bem como da natureza de seu objeto ou dos seus efeitos.
D) Em qualquer caso, considera-se notificado o contribuinte mediante a distribuição ou divulgação do carnê e/ou da guia de pagamento do tributo, com subsequente disponibilização, por meio eletrônico, ao contribuinte.

Questão 35

Os infratores dos dispositivos Código do Meio Ambiente do Município, de seus regulamentos e do estabelecidos pelas demais normas atinentes à matéria, ficam sujeitos às penalidades previstas nesta Lei, além das demais sanções civis ou penais, fixadas pela legislação federal ou estadual. Para a imposição da pena e da graduação da pena de multa, a autoridade ambiental deverá considerar o dano causado ao meio ambiente, observando critérios de valoração ambiental e circunstâncias atenuantes e agravantes. Assim, sobre as penalidades ambientais, assinale afirmativa correta.

A) São circunstâncias atenuantes o menor grau de compreensão e a escolaridade do infrator.
B) Trata-se de circunstância agravante a comunicação da infração acidental pelo próprio infrator.
C) A infração será classificada como muito grave quando for verificada a existência de três ou mais circunstâncias agravantes ou reincidência.
D) Arrependimento eficaz do infrator, manifestado pela espontânea reparação da agressão ambiental causada, não é suficiente para gerar atenuantes das penas, pois o dano ambiental já foi praticado.

CONHECIMENTOS DO CARGO

Questão 36

Suponha que um auditor, ao examinar as contas-contábeis no Livro Razão referentes a duas aplicações financeiras mantidas pela entidade auditada, verifica inconsistências em relação aos extratos bancários (o saldo do Livro Razão é menor do que o saldo no extrato bancário). Então, ele questiona informalmente o contador da entidade sobre o ocorrido, e este lhe informa que ainda não havia se apropriado das receitas financeiras do mês. Neste caso, os procedimentos adotados pelo auditor deverão ser, respectivamente:

A) Inspeção; indagação.
B) Recálculo; indagação.
C) Revisão analítica; questionário.
D) Contagem física; interrogatório.

Questão 37

No exercício de 2022, o contador da Cia. Lírios do Campo, que atua no ramo de fabricação e venda de ferramentas industriais, contabilizou os gastos com comissões de vendedores como parte do custo dos produtos acabados, os quais permaneceram estocados até o encerramento do exercício. Ao aplicar os procedimentos de auditoria adequados na conta de Estoques de Produtos Acabados, o auditor concluirá que houve

A) superavaliação de ativos e subavaliação de receitas em 2021, aumentando indevidamente o resultado do exercício.
B) subavaliação de passivos e subavaliação de despesas em 2021, diminuindo indevidamente o resultado do exercício.
C) superavaliação de ativos e subavaliação de despesas em 2021, aumentando indevidamente o resultado do exercício.
D) superavaliação de ativos e superavaliação de despesas em 2021, diminuindo indevidamente o resultado do exercício.

Questão 38

Tendo em vista que a NBC TA 505 – Confirmações Externas, do Conselho Federal de Contabilidade, é uma norma brasileira de auditoria que trata das principais disposições acerca deste procedimento específico, com base em seu teor, analise as afirmativas a seguir.

I. A norma define que a confirmação externa é a evidência de auditoria obtida como resposta direta de um terceiro (a parte que confirma) para o auditor. A forma da resposta é irrelevante para os trabalhos de auditoria, uma vez que o auditor apenas tem interesse em seu conteúdo.
II. A norma define "Exceção" como sendo a resposta que indica uma diferença entre as informações para as quais se solicitou confirmação ou diferença entre os registros da entidade e as informações fornecidas pela parte que confirma. O auditor deve investigar as exceções para determinar se elas são indicativas ou não de distorção.
III. Ainda, de acordo com a NBC TA 505, se o auditor determinou que a resposta a uma solicitação de confirmação positiva é necessária para obter evidência de auditoria, procedimentos alternativos de auditoria não fornecerão a evidência de auditoria que o profissional precisa.

Está correto o que se afirma apenas em

A) II.
B) III.
C) I e III.
D) II e III.

Questão 39

Durante trabalho de auditoria levado a efeito em determinada empresa de prestação de serviços, o auditor se depara com relevante limitação de escopo, uma vez que o diretor de Recursos Humanos o impede de coletar evidências de auditoria para firmar convicção sobre as demonstrações contábeis da entidade, alegando que tais informações de pagamentos de pessoal são sigilosas. O tipo de opinião que deverá ser emitida pelo auditor ao final dos trabalhos, de acordo com as Normas de Auditoria vigentes, será:

A) Opinião modificada, do tipo adversa.
B) Opinião modificada, do tipo com ressalvas.
C) Opinião não modificada, do tipo sem ressalvas.
D) Opinião modificada, do tipo abstenção de opinião.

Questão 40

No que tange ao campo de aplicação das Normas Brasileiras de Contabilidade do Conselho Federal de Contabilidade, tendo por referência a NBC TSP – Estrutura Conceitual para Elaboração e Divulgação de Informação Contábil de Propósito Geral pelas Entidades do Setor Público, marque V para as afirmativas verdadeiras e F para as falsas.

( ) Os bens e direitos pertencentes aos partidos políticos e fundações gozam de imunidade tributária. Desta feita, estão abrangidos de forma obrigatória no campo de aplicação das Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público.
( ) As disposições da NBC TSP – Estrutura Conceitual aplicam-se de forma obrigatória às empresas estatais independentes e aos Consórcios Públicos.
( ) Aplicam-se de forma obrigatória as disposições da NBC TSP – Estrutura Conceitual às autarquias e às fundações instituídas e mantidas pelo poder público.

A sequência está correta em

A) V, V, F.
B) F, V, V.
C) V, F, F.
D) F, F, V.

Questão 41

A Lei nº 4.320/1964 dispõe sobre normas gerais de direito financeiro para a elaboração e fiscalização dos orçamentos e balanços da União, dos Estados, dos Municípios e do Distrito Federal. Com base em sua disciplina, assinale a afirmativa INCORRETA.

A) A Lei de Orçamentos compreenderá todas as receitas, inclusive as de operações de crédito autorizadas em Lei.
B) Não são consideradas como receitas orçamentárias as entradas compensatórias no Ativo e Passivo Financeiros.
C) A receita classificar-se-á nas seguintes categorias econômicas: Receitas Correntes, Receitas de Capital e Receitas Intraorçamentárias.
D) Consagrando o Princípio do Orçamento Bruto, a Lei prevê que todas as receitas e despesas constarão da Lei de Orçamento pelos seus totais, vedadas quaisquer deduções.

Questão 42

A Lei nº 4.320/1964 prevê os créditos adicionais como instrumentos à disposição do gestor para lidar com situações inesperadas durante a execução orçamentária, uma vez que a LOA não se propõe a ser uma peça imutável. Neste contexto, os créditos adicionais designados para atender a dotações não inicialmente previstas na Lei Orçamentária Anual, e que demandam uma autorização legislativa específica, são conhecidos como

A) especiais.
B) marginais.
C) incrementais.
D) suplementares.

Questão 43

De acordo com as disposições do Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (9ª Edição), sobre a dívida ativa do poder público, podemos afirmar que, no ato da inscrição deve ser classificada

A) no Ativo Circulante, uma vez que há expectativa de conversão destes direitos no curto prazo, e será escriturada como receita orçamentária no exercício em que ocorrer a inscrição do crédito.
B) no Ativo Circulante, uma vez que há expectativa de conversão destes direitos no curto prazo, e será escriturada como receita orçamentária no exercício em que ocorrer o fato gerador do crédito.
C) no Ativo Não-Circulante, tendo em vista que o inadimplemento torna incerto o prazo para realização do crédito, e será escriturada como receita orçamentária no exercício em que for arrecadada.
D) no ato da inscrição deve ser classificada no Ativo Não-Circulante, tendo em vista que o inadimplemento torna incerto o prazo para realização do crédito, e será escriturada como receita orçamentária no exercício em que ocorrer a inscrição do crédito.

Questão 44

Com base nas regras do Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (9ª Edição), acerca do Plano de Contas Aplicado ao Setor Público – PCASP, analise as afirmativas a seguir.

I. O PCASP não foi idealizado para atender às peculiaridades contábeis das empresas estatais dependentes e dos Regimes Próprios de Previdência Social – RPPS. Estas entidades devem elaborar planos de contas específicos para suas atividades.

II. Atributos da conta contábil são características próprias que as distinguem de outras contas do plano de contas. Desta feita, as contas das classes 1 e 2 podem ser distinguidas através dos atributos "F" (financeiro) e "P" (permanente), que servem para apurar o *superavit* financeiro.

III. Na utilização do PCASP deverá ser adotado o método das partidas dobradas. Deste modo, ao final do exercício financeiro o total de débitos efetuados nas contas-contábeis das classes 1 e 3 deve coincidir com o total de créditos havidos nas contas da classe 2 e 4.

Está correto o que se afirma apenas em

A) II.
B) III.
C) I e II.
D) II e III.

Questão 45

Tendo em vista a classificação por fontes ou destinações de recursos (FR) tem como objetivo agrupar receitas que possuam as mesmas normas de aplicação na despesa, visando assegurar que os valores destinados por lei a finalidade específica sejam aplicados, exclusivamente, em despesas relacionadas à consecução destas finalidades, ainda que em exercício diverso de sua arrecadação, os recursos que ingressam nos cofres públicos podem ser tratados como

A) específicos ou livres.
B) livres ou vinculados.
C) destinados ou gerais.
D) desvinculados ou impositivos.

Questão 46

Com base no regramento da Lei Complementar nº 101/2000 – notoriamente conhecida como Lei de Responsabilidade Fiscal, marque V para as afirmativas verdadeiras e F para as falsas.

( ) É vedado ao titular de Poder ou órgão, nos últimos dois quadrimestres do seu mandato, contrair obrigação de despesa que não possa ser cumprida integralmente dentro dele, ou que tenha parcelas a serem pagas no exercício seguinte sem que haja suficiente disponibilidade de caixa para este efeito.

( ) Na mesma linha de raciocínio, a Lei veda a contratação de qualquer tipo de operação de crédito no último ano de mandato do Chefe do Poder Executivo.

( ) É vedada a captação de recursos a título de antecipação de receita de tributo ou contribuição cujo fato gerador ainda não tenha ocorrido.

A sequência está correta em

A) F, F, V.
B) V, V, F.
C) F, V, F.
D) V, F, V.

Questão 47

Considerando as disposições da Lei nº 4.320/1964 e no Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (9ª Edição), a respeito das Demonstrações Contábeis Aplicadas ao Setor Público, assinale a afirmativa correta.

A) As receitas e despesas decorrentes de operações de crédito por antecipação de receita orçamentária deverão ser evidenciadas no balanço orçamentário.
B) A apuração do *superavit* financeiro do exercício é feita no balanço financeiro, e evidenciada, por meio da classificação de fonte ou destinação de recursos.
C) O balanço patrimonial é destinado a evidenciar o confronto entre as receitas e as despesas previstas com aquelas efetivamente realizadas no exercício financeiro.
D) As alterações quantitativas verificadas no patrimônio público estarão evidenciadas na demonstração das variações patrimoniais, sejam elas resultantes ou independentes da execução orçamentária.

Questão 48

"Uma das premissas da Lei de Responsabilidade Fiscal na tentativa de moralizar a gestão pública é o estabelecimento de tetos para a despesa com pessoal da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, baseados em percentuais da _____, subdivididos entre os poderes de cada esfera. Para os municípios, os limites são, respectivamente, de ___ para o poder executivo e ___ para o poder legislativo." Assinale a alternativa que completa correta e sequencialmente a afirmativa anterior.

A) Receita Corrente / 56% / 4%
B) Receita Corrente / 44% / 6%
C) Receita Orçamentária / 55% / 5%
D) Receita Corrente Líquida / 54% / 6%

Questão 49

Os estágios da execução da despesa orçamentária estão regulamentados na Lei nº 4.320/1964. Um deles em específico ocorre, necessariamente, antes do pagamento, sendo destinado a verificar o efetivo direito do credor, tendo por base os títulos e documentos comprobatórios do respectivo crédito. Nesta etapa, são conferidos aspectos como a quantidade e qualidade dos produtos/serviços fornecidos, bem como a regularidade fiscal do fornecedor. O conceito anterior refere-se à (ao):

A) Fixação.
B) Empenho.
C) Liquidação.
D) Pré-empenho.

Questão 50

Tendo por base a disciplina da Lei de Responsabilidade Fiscal, acerca do Relatório de Gestão Fiscal – instrumento de transparência inaugurado pela referida Lei, assinale a afirmativa correta.

A) É elaborado e divulgado de forma consolidada, abrangendo todos os poderes do ente federativo, não sendo permitida a divulgação segregada por poder.
B) O descumprimento dos prazos estipulados para divulgação acarretará para o ente a perda do direito ao recebimento de transferências voluntárias e constitucionais.
C) Nos municípios com população inferior a 50.000 habitantes, sua divulgação poderá ocorrer semestralmente, desde que o ente esteja dentro dos limites relativos à despesa total com pessoal e dívida consolidada.
D) Em qualquer caso, a divulgação deste relatório deverá ser quadrimestral, exceto em caso de municípios que apresentem dívida consolidada acima do limite legal, ocasião em que deverão publicá-lo com periodicidade bimestral.

ATENÇÃO

NÃO É PERMITIDA a anotação das respostas da prova em NENHUM MEIO. O candidato flagrado nesta conduta poderá ser ELIMINADO do processo.

INSTITUTO
CONSULPLAN

INSTITUTO
CONSULPLAN

INSTRUÇÕES

1. Somente será permitida a utilização de caneta esferográfica de tinta azul ou preta, feita de material transparente e de ponta grossa.

2. É proibida, durante a realização das provas, a comunicação entre os candidatos, bem como a utilização de máquinas calculadoras e/ou similares, livros, anotações, impressos ou qualquer outro material de consulta, protetor auricular, lápis, borracha ou corretivo. Especificamente, não será permitido o candidato ingressar na sala de provas sem o devido recolhimento, com respectiva identificação, dos seguintes equipamentos: *bip*, telefone celular, *walkman*, agenda eletrônica, *notebook*, *palmtop*, *ipod*, *ipad*, *tablet*, *smartphone*, mp3, mp4, receptor, gravador, máquina de calcular, máquina fotográfica, controle de alarme de veículo, relógio de qualquer modelo, pulseiras magnéticas e similares e etc., o que não acarreta nenhuma responsabilidade ao Instituto Consulplan sobre tais equipamentos.

3. Com vistas à garantia da segurança e da integridade do certame, no dia da realização das provas escritas, os candidatos serão submetidos ao sistema de detecção de metais na entrada e na saída dos sanitários. Excepcionalmente, poderão ser realizados, a qualquer tempo, durante a realização das provas, outros procedimentos de vistoria além do descrito.

4. O caderno de provas consta de 50 (cinquenta) questões de múltipla escolha para todo os cargos de nível superior; médio; e, médio técnico; e, 30 (trinta) questões de múltipla escolha para os cargos de nível fundamental incompleto. Será aplicada Prova Discursiva apenas para o cargo de Procurador do Município.

5. Ao receber o material de realização das provas, o candidato deverá conferir atentamente se o caderno de provas contém o número de questões previsto, se corresponde ao cargo a que está concorrendo, bem como se os dados constantes no Cartão de Respostas (Gabarito) e na Folha de Textos Definitivos (Prova Discursiva somente para o cargo de Procurador do Município). Caso os dados estejam incorretos, ou o material esteja incompleto ou, ainda, detenha qualquer imperfeição, o candidato deverá informar tal ocorrência ao Fiscal de Aplicação.

6. As provas terão duração de 3 (três) horas para os cargos de nível fundamental incompleto, médio e médio técnico; 4 (quatro) horas para os cargos de nível superior. Este período abrange a assinatura, assim como a transcrição das respostas para o Cartão de Respostas (Gabarito) e Folha de Textos Definitivos (Prova Discursiva somente para o cargo de Procurador do Município).

7. As questões das provas objetivas são do tipo múltipla escolha, com 4 (quatro) opções (A a D) e uma única resposta correta. Ao terminar a prova, o candidato, obrigatoriamente, deverá devolver ao Fiscal de Aplicação o Cartão Respostas (Gabarito) e a Folha de Textos Definitivos (Prova Discursiva somente para o cargo de Procurador do Município) devidamente assinados, apenas, no local indicado, sem qualquer outro termo que identifique o candidato.

8. Os Fiscais de Aplicação não estão autorizados a emitir opinião e prestar esclarecimentos sobre o conteúdo das provas. Cabe única e exclusivamente ao candidato interpretar e decidir.

9. Não é permitida a anotação de informações relativas às suas respostas (cópia de gabarito) no comprovante de inscrição ou em nenhum outro meio.

10. O candidato somente poderá retirar-se do local de realização das provas escritas levando o caderno de provas no decurso dos últimos 30 (trinta) minutos anteriores ao horário previsto para o seu término. O candidato somente poderá retirar-se do local de provas a partir dos 90 (noventa) minutos após o início de sua realização; contudo, não poderá levar consigo o caderno de provas.

11. Os 3 (três) últimos candidatos de cada sala só poderão sair juntos. Caso o candidato insista em sair do local de aplicação da prova, deverá assinar termo desistindo do Concurso Público e, caso se negue, deverá ser lavrado Termo de Ocorrência, testemunhado pelos 2 (dois) outros candidatos, pelo Fiscal de Aplicação e pelo Coordenador da Unidade de Provas.

RESULTADOS E RECURSOS

- Os gabaritos oficiais preliminares das provas objetivas serão divulgados na *Internet*, no endereço eletrônico www.institutoconsulplan.org.br, a partir das 16h00min da segunda-feira subsequente à realização das provas escritas objetivas de múltipla escolha.
- O candidato que desejar interpor recursos contra os gabaritos oficiais preliminares das provas objetivas disporá de 2 (dois) dias úteis, a partir do dia subsequente ao da divulgação (terça-feira), em requerimento próprio disponibilizado no *link* correlato ao Concurso Público no endereço eletrônico www.institutoconsulplan.org.br.
- A interposição de recursos poderá ser feita via *Internet*, através do Sistema Eletrônico de Interposição de Recursos, com acesso pelo candidato com o fornecimento de dados referentes à sua inscrição apenas no prazo recursal, ao Instituto Consulplan, conforme disposições contidas no endereço eletrônico www.institutoconsulplan.org.br, no *link* correspondente ao Concurso Público.